Em qualquer caso as decisões do Tribunal serão sempre publicadas na *Ordem do Exército*.

Art. 5.º Dos recursos interpostos pelos oficiais do exército em matéria de vencimentos e daqueles em que se argúa incompetência, excesso de poder e ofensa de direitos estabelecidos nas leis e regulamentos em vigor, com exclusão das questões de carácter disciplinar e das que, nos termos do presente diploma, constituam atribuições do Supremo Tribunal Militar ou do Conselho Superior de Disciplina, conhecerá o Supremo Tribunal Administrativo.

Art. 6.º O prazo máximo para a interposição dos recursos é de trinta dias a partir da data em que os militares interessados tomarem conhecimento oficial da decisão ou do documento legal que motiva o recurso.

Art. 7.º Na apreciação dos recursos a que se refere o presente diploma é inteiramente aplicável o disposto nos artigos 84.º, 85.º e 86.º do decreto n.º 17:378, de 27 de Setembro de 1927.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1945. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:801

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 12.000\$ destinado a reforçar a verba de 36.000\$ inscrita no n.º 1) «Força motriz» do artigo 151.º «Outros encargos», capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Centro de Aviação Naval de Lisboa», do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o actual ano económico.

Art. 2.º É anulada a quantia de 12.000\$ na verba de 500.000\$ inscrita na alínea a) «Reparação e manutenção de hidroaviões e outros semoventes» do n.º 4) «De material de defesa e segurança pública» do artigo 147.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», dos mesmos capítulo e orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1945. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Fer-

reira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 34:802

Considerando que foram adjudicadas a Emílio Veríssimo de Barros as obras de ampliação e remodelação (3.ª fase) da secção feminina do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Porto;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de quinhentos e quarenta dias, que abrange parte do ano económico de 1945 e o de 1946;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Emílio Veríssimo de Barros, pela quantia de 721.000\$, para execução das obras de ampliação e remodelação (3.ª fase) da secção feminina do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Porto.

Art. 2.º Seja qual fôr o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 300.000\$ no corrente ano e de 421.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1945. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Augusto Cancela de Abreu.

Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

Repartição de Abastecimentos de Água e Saneamento

Portaria n.º 11:046

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que o artigo 29.º e o seu § 1.º da portaria n.º 9:269, de 21 de Julho de 1939, que regula o serviço de abastecimento de águas à vila da Chamusca, passem a ter a seguinte redacção:

Artigo 29.º O preço máximo da venda da água será de 3\$ por metro cúbico.

§ 1.º Finda a amortização do empréstimo contratado para a execução das obras, o preço de venda da água poderá ser reduzido.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 31 de Julho de 1945. — Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas.